

EDITORIAL

O eixo orientador dos artigos que compõem o número 28 dessa Revista atrela-se às questões que dizem respeito à articulação entre Políticas Públicas que vêm sendo propostas e propagadas nesse início do século XXI e o campo educacional. Muitos dos artigos aqui publicados, em função das discussões que propõem, apresentam-se como expressões das direções e dos efeitos que as políticas públicas assumiram no Brasil mais fortemente nas duas últimas décadas.

O artigo de Ana Cláudia Ramos Cardoso e Adriana da Silva Thoma, intitulado “A produção do professor do Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos” trata de problematizar algumas propostas, implementadas pelo Ministério da Educação (MEC), que visam a efetivar a inclusão escolar. No artigo “Expansão da Inclusão no Ensino Superior Brasileiro: uma análise da Lei nº 12.711/2012 a partir do ciclo de políticas de Ball e Bowe”, as autoras Arabela Campos Oliven e Caroline Baranzeli têm como objetivo realizar uma análise da constituição do histórico de políticas de Ação Afirmativa no Brasil, em especial da lei nº12.711/2012. Já Kamila Lockmann, em seu artigo “Assistência social, biopolítica e governamentalidade neoliberal”, problematiza as políticas públicas de assistência social implantadas pelo Governo Federal, mostrando que elas visam produzir determinados tipos de sujeitos, funcionando como estratégias pedagógicas que ensinam modos de ser e estar no mundo.

O artigo intitulado “Os novos governamentos na Educação: o ensino profissionalizante e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”, de autoria de Maria Rita de Assis César e Tatiana Teixeira Silveira, tem como propósito problematizar a reforma das instituições de ensino profissionalizante e sua relação com a formação do profissional técnico, tendo em vista o mercado como forma de veridicção na lógica neoliberal. Já o artigo “A governamentalidade da avaliação”, de Darlize Mello, busca discutir a forma como alguns instrumentos avaliativos, propostos pelo Governo Federal, disciplinam as condutas e inventam o sujeito aluno. Roseli Batista de Jesus e Nalú Farenzena, em “A Política Curricular para a Educação Básica no Estado de Mato Grosso – orientações curriculares: uma análise”, apresentam uma discussão sobre a política curricular para a educação básica do referido estado.

Textura	Canoas	n.28	p.1-2	maio/ago. 2013
---------	--------	------	-------	----------------

Em “Filmes nas salas de aula: as ciências em foco”, os autores Fernanda Ribeiro de Souza e Leandro Belinaso Guimarães, buscam examinar os modos como professores de escolas públicas catarinenses lidam pedagogicamente com filmes em sala de aula.

Jamil Cabral Sierra, no artigo intitulado “Corpo, Sexualidade e Poder: a homossexualidade na mídia e as biopolíticas de prevenção contra a AIDS”, objetiva questionar o movimento dos processos discursivos e as possíveis imagens que as retóricas de “respeito e tolerância à diferença” articulam no nosso tempo, a partir da análise de propagandas governamentais de prevenção contra AIDS e de campanhas publicitárias que representam homossexuais. Por fim, no artigo ““Não é a mamãe?”: a presença de homens educadores como elemento na problematização da agonística social da feminização da educação infantil”, Francisco Ulisses Paixão e Fernando Pocahy analisam a agonística social da feminização na educação das infâncias, tomando como elementos de análise políticas públicas em sua articulação aos regimes discursivos heteronormativos.

Karla Saraiva e Bianca Salazar Guizzo